



O medo no telejornalismo brasileiro: um estudo do caso João Hélio¹

Elza Aparecida de Oliveira Filha² - docente Universidade Positivo
Taianá Barbosa Martinez³ - aluna egressa Universidade Positivo

Resumo

Este artigo busca aprofundar o estudo dos medos sociais, partindo da constatação de que a violência e a criminalidade são assuntos muito presentes nas rodas de conversa da atualidade, e que estes temores são intensificados pelo jornalismo. A intenção é identificar de que forma o medo é construído nos produtos específicos do jornalismo e no que ele interfere no imaginário coletivo. O objeto em questão são as reportagens veiculadas entre os dias 8 a 15 de fevereiro de 2007, no Jornal Nacional, sobre o assassinato do menino João Hélio Fernandes, no Rio de Janeiro, ocorrido no dia 7 de fevereiro daquele mesmo ano. Dez moradores de Curitiba foram convidados a assistir algumas dessas reportagens e falar sobre o medo, demonstrando a consolidação de estereótipos e dos preconceitos social e de raça.

Palavras-chave

Telejornalismo; violência; medo social.

Introdução

João Hélio Fernandes Vieites tinha 6 anos de idade quando três assaltantes roubaram o automóvel de sua mãe, na zona norte do Rio de Janeiro. A mãe e a irmã conseguiram sair do carro, mas ele ficou pendurado pelo cinto de segurança e foi arrastado por cerca de sete quilômetros. Os assaltantes pararam e fugiram a pé quando João Hélio já estava morto. Entre os cinco envolvidos no crime, um deles era menor de idade. Este episódio desencadeou uma série de manifestações pelo fim da violência no Brasil e também pela redução da maioria penal. Em janeiro de 2008 os criminosos foram condenados a penas que somam juntas 167 anos de prisão. O adolescente em conflito com a lei recebeu a pena sócio-educativa mais grave, que é a internação por no máximo três anos, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O caso João Hélio foi amplamente mostrado nos veículos de comunicação do Brasil. Só no Jornal Nacional foram doze reportagens relacionadas ao tema entre os dias 8 e 15 de fevereiro de 2007. No jornalismo brasileiro atual há uma intensa valorização de temas como a violência, crime e seus autores. Mostra-se a marginalidade, o perigo e o risco social que as pessoas enfrentam na vida urbana, principalmente. O presente estudo se propôs a verificar como as notícias sobre crimes veiculadas pelo telejornal de maior audiência no país, o Jornal Nacional, provocam sensação de medo, criando e fortalecendo preconceitos no imaginário social da

¹ Trabalho apresentado às Divisões Temáticas, na sub-área de Jornalismo, do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul.

² Doutora em Ciências da Comunicação pela Unisinos e Professora do curso de jornalismo da Universidade Positivo, em Curitiba. E-mail: elzaap@hotmail.com

³ Jornalista formada em 2008 pela Universidade Positivo, pauteira do jornalismo da TV Iguaçu, afiliada SBT no Paraná.



população de Curitiba, partindo das hipóteses de que o medo gerado pela veiculação de violência fortalece o preconceito racial e social, de que o espaço cedido às notícias de violência cria a idéia de um real também violento, mais do que é na realidade, e de que as matérias veiculadas sobre o assassinato de João Hélio Fernandes geraram apenas revolta, mas não reflexão.

O trabalho buscou, portanto, o principal objetivo de verificar como as notícias de crime e violência são tratadas no telejornalismo e se há um reforço de preconceitos raciais e sociais. Para atingir este objetivo, foi pesquisado como o jornalismo contribui para a construção do imaginário social, identificado como o medo e a violência se relacionam com o jornalismo, foram também analisadas reportagens televisivas que tratam de violência urbana e examinado se o medo da violência é construído pelo telejornalismo no imaginário coletivo da população de Curitiba e se reforça preconceitos raciais e sociais.

1- Violência e medo

O homem é considerado um ser racional, dotado de inteligência e discernimento. Assim, torna-se difícil entender os atos agressivos e brutos reconhecidos diariamente na sociedade contemporânea. A teoria social, utilizada neste trabalho, “entende a violência como um fenômeno social” (MICHAUD, 2001, p. 92). Uma particularidade da violência como fenômeno social, apontada pelos teóricos, é a sua ligação com as normas e leis humanas. Segundo Michaud (2001, p. 8), pode haver quase tantas formas de violência quantas forem as espécies de normas. Cada sociedade qualifica a violência conforme as normas que a regem. Uma agressão é considerada mais violenta em uma sociedade de normas rígidas do que em uma de normas mais brandas. Dentro deste aspecto normativo, compreende-se a violência como consequência da definição de direitos e deveres dentro da sociedade. Merton, citado por Michaud (2001), afirma que qualquer sociedade designa objetivos e finalidades legítimos a seus membros, ao mesmo tempo em que demarca e controla os meios legais de atingi-los.

A sociedade capitalista, por exemplo, define que o homem deve buscar o lucro, mas existem meios determinados socialmente para conquistá-lo. Porém, para Regis de Moraes (1985), “aqueles que, não podendo acompanhar a maratona do possuir, transformam a fragilidade que suas frustrações impõem num feroz potencial de agressividade” (p. 16). Além disso, “deste ponto de vista, a violência é para atores sociais uma opção possível sob vários aspectos: como comportamento desviante a serviço da busca de fins socialmente legítimos (os criminosos que procuram fazer fortuna), como comportamento rebelde para mudar os fins ou os meios socialmente reconhecidos” (MICHAUD, 2001, p. 94). Quem rouba, na batalha pelo ganho, está transgredindo normas, portanto, comete violência.



Morais (1985) acredita que a maior parte dos crimes é resultado da “opressão das injustiças sociais, da miséria financeira ou afetiva” (p. 80). Para ele, a violência “sempre se originou de necessidades e interesses antagônicos geradores de um clima de disputa, de medição de forças” (p. 79). Na sociedade atual, mais do que nunca, a competição individual ou entre pequenos grupos é incentivada culturalmente. É a competição pela conquista de status social que é demarcado principalmente pela capacidade de consumo do indivíduo. O autor também considera, em menor escala, que a motivação para alguns atos de violência são a falta de “fé no futuro, a uma morte das esperanças pessoais e coletivas” (MORAIS, 1985, p. 86), características da sociedade pós-moderna. As agressões morais e psicológicas também são consideradas formas de violência. Apesar disso, de acordo com Michaud (2001, p. 11), os prejuízos materiais e físicos são mais importantes, porque a violência física e material deixa marcas visíveis.

A criminalidade, a corrupção e a desigualdade social são facilmente encontradas no Brasil atual dentro de um ciclo vicioso de violência. Resultados obtidos pela 88ª Pesquisa de Opinião Pública Nacional da Confederação Nacional do Transporte (CNT) e Sensus Pesquisa e Consultoria, de abril de 2007, indicam que 90,9% dos brasileiros entrevistados acham que a violência no país aumentou nos últimos anos e as causas disso, para 24,1% dos entrevistados, são a pobreza e a miséria. Maria Victoria Benevides, citada por Cecília Pires (1985, p. 59), diz que a violência é o problema mais grave que o Brasil enfrenta na atualidade, porque atinge todas as classes sociais indiscriminadamente. Mas, segundo ela, pune apenas uma: a classe pobre e marginalizada, que é quem assume efetivamente a culpa e acaba indo para a cadeia.

O medo da violência urbana, quando se trata do aspecto da criminalidade, pode ser considerado a principal angústia social da atualidade. Na 88ª Pesquisa CNT Sensus, os brasileiros que consideram a cidade onde moram violenta ou muito violenta somam 34,8%. Barry Glassner (2003) mostra a realidade estadunidense na qual cerca de 62% da população do país, na década de 1990, se descreviam como “verdadeiramente desesperados” em relação à criminalidade. As sensações de insegurança e de desconfiança permeiam as relações cotidianas. O medo que invade o ser humano é de ser assaltado ou sofrer um seqüestro, por exemplo. “O sentimento de insegurança, que se encontra no coração das discussões sobre o aumento da violência, raramente repousa sobre a experiência direta da violência. Ele corresponde à crença, fundada ou não, de que tudo pode acontecer, de que devemos esperar tudo, ou ainda de que não podemos mais ter certeza de nada nos comportamentos cotidianos” (MICHAUD, 2001, p. 13).

Segundo Cecília Pires (1985), a camada mais pobre da população das cidades foi denominada por alguns estudiosos do século XIX como “classe perigosa” (p. 60), iniciando-se aí a fobia social da criminalidade. A visão da classe empobrecida da sociedade como sinônimo de



perigo reforça os privilégios da classe rica e ainda “enfraquece os laços do homem com a comunidade e fragmenta o ser humano” (PIRES, 1985, p. 12). Além disso, este espectro cria a chamada cultura do medo, já que a “permanente fabricação de estereótipos de inimigos permite o entendimento do medo como uma interpretação da realidade, uma maneira de olhar o mundo, uma estética peculiar à civilização mosaico-cristã” (BATISTA, 2003, p. 84).

Mesmo sendo considerado uma defesa essencial por Delumeau (1989), o medo afeta negativamente tanto a interioridade e a psique dos cidadãos quanto as relações sociais do mundo contemporâneo. Como conseqüência desse anseio por segurança, surgem os discursos de supressão das “classes perigosas” e pedidos de mais rigidez nas normas da sociedade. “O medo da desordem dispara entre os conservadores a retórica da restrição de direitos e da impunidade” (BATISTA, 2003, p. 186). O medo, tanto individual quanto coletivo, é sempre do que é desconhecido. Teme-se o diferente. Na opinião de Batista (2003), “no Brasil, a difusão do medo do caos e da desordem tem sempre servido para detonar estratégias de neutralização e disciplinamento planejado do povo brasileiro” (p. 52). A cultura do medo serve, então, como ferramenta de controle social. A visão que se tem hoje da violência, e a conseqüente cultura do medo, acabam por manter o nível de insegurança nos indivíduos e, assim, sustentar as relações sociais de dominação e privilégios.

2 – Jornalismo

Agindo no imaginário social, a mídia pode provocar, propositalmente ou não, o medo nos indivíduos, principalmente o medo do outro, de um igual, no sentido de ser humano. São medos que dão continuidade a preconceitos e são usados como justificativa para alguns tipos de violência (física ou moral), como trata o antropólogo social Luiz Eduardo Soares (2005). A visão que um indivíduo tem de outro determina sua ação em relação a ele. Se esta visão é negativa, ela pode levar a uma ação violenta. De acordo com Frei Betto (2003), “quanto menos alteridade existe nas relações pessoais e sociais, mais conflitos ocorrem”. Alteridade, segundo ele, “é ser capaz de apreender o outro na plenitude da sua dignidade, dos seus direitos e, sobretudo, da sua diferença” (BETTO, 2003). Fica claro que, nos países em que a violência é um problema recorrente tem-se também grandes barreiras entre as diferenças raciais e sociais respeitadas – caso do Brasil. Ou seja, a violência é temida, mas também as interações raciais e sociais não são aceitas.

Jesús Martin-Barbero e Germán Rey (2001) defendem a idéia de que existe uma grande relação entre mídias e medos nos países da América Latina, principalmente na Colômbia. “Medos, enfim, que procedem de uma ordem construída sobre a incerteza e a desconfiança que nos produz



o outro, qualquer outro – étnico, social, sexual – que se aproxima de nós na rua e é compulsivamente percebido como ameaça” (MARTÍN-BARBERO e REY, 2001, p. 40).

Barry Glassner afirma que o jornalismo é o principal formador e transmissor da cultura do medo. “Entre as diversas instituições com mais culpa por criar e sustentar o pânico, a imprensa ocupa indiscutivelmente um dos primeiros lugares” (GLASSNER, 2003, p. 33). O autor se fundamenta em uma pesquisa estadunidense de 1996, na qual foi perguntado aos entrevistados porque acreditam que os Estados Unidos enfrentam um sério problema em relação ao crime: 76% das pessoas citaram matérias vistas na mídia (GLASSNER, 2003).

No telejornalismo, a principal ferramenta de informação são as imagens, que, de acordo com Jean-Jacques Jaspers (1998, p. 135), “evocam de maneira indireta a realidade à qual se referem, mas sem a representar”. Ainda segundo o autor, estas imagens são portadoras de um conteúdo emocional em detrimento de uma discussão racional. “As imagens de violência ou emocionalmente perturbadoras colocam, por outro lado, um problema especial de mediatização: a imagem de um acontecimento violento reduz a zero os esforços de explicação fornecidos anteriormente” (JESPERS, 1998, p. 137). A escolha de noticiar uma ação violenta em horário nobre da televisão pode diminuir o valor de outras notícias, evitando a discussão de determinados assuntos e apontar para outros mais polêmicos e menos necessários para a sociedade.

A televisão, como meio de comunicação, tem nas suas características a criação do simulacro. Para Muniz Sodré, o simulacro “é entendido como uma produção artificial (mecânica, química, eletrônica) de uma imagem” (SODRÉ, 1994, p. 28). O simulacro é ao mesmo tempo imaginário e real, é o apagamento da diferença entre o real e o imaginário entre o “verdadeiro” e o “falso”. A realidade da televisão, diz Sodré, é mais real do que a verdadeira realidade.

Sobre a contribuição da imprensa nos rumos das sociedades, Jorge Pedro Sousa (2004, p. 107) vai além e assegura que “embora as notícias representem determinados aspectos da realidade cotidiana, pela sua mera existência contribuem para construir socialmente novas realidades e novos referentes”. Para Martín-Barbero, isto ocorre “pois os meios de comunicação não somente descentralizam as formas de transmissão e circulação do saber, mas constituem um âmbito decisivo de socialização, de dispositivos de identificação/projeção de pautas de comportamento, estilos de vida e padrões de gosto” (2003, p. 67).

O jornalismo se insere nesse processo de socialização já que é considerado ferramenta de difusão de diferentes vozes. Para isso, porém, na maior parte das vezes “a imprensa funciona como agente modeladora do conhecimento, usando os estereótipos como forma simplificada e distorcida de entender a realidade” (LIPPMAN citado por PENA, 2005, p. 142), e é por esse



motivo que as diferentes vozes na sociedade podem ser desvirtuadas ou, ainda, simplesmente ignoradas.

Por ser impossível para o jornalismo acompanhar e transmitir todos os fatos ocorridos a cada dia, existem alguns critérios que levam os profissionais a cobrirem ou não um acontecimento. Os critérios utilizados pelos jornalistas para determinar o que vai para o noticiário são chamados de valores-notícia. A morte, de acordo com Traquina (2005) é um grande valor-notícia para a comunidade jornalística, bem como o conflito com violência física. Traquina, citado por Sousa (2004, p. 113), enumera as características que tem uma informação com o valor-notícia de construção⁴: “amplificação – hiperbolização do acontecimento e das suas conseqüências; relevância – capacidade de mostrar como o acontecimento é importante; potencial de personalização; potencial de dramatização; consonância – ou potencialidade de enquadrar um acontecimento em enquadramentos anteriores”.

A morte do menino João Hélio, objeto de estudo deste trabalho, tem algumas características acima citadas. O assassinato cruel, dramático em todas as suas dimensões, permitiu uma “amplificação” do acontecimento: foram realizadas passeatas pelo fim da violência no Rio de Janeiro; foi discutida a redução da maioria penal, já que um dos criminosos era menor de idade; e até mesmo o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, manifestou-se sobre a morte do menino, entre outros desdobramentos.

A imprensa retira as informações de seu contexto real, mas isso se intensifica no telejornalismo. Nele, as mensagens são curtas e fragmentadas em poucos minutos (algumas vezes até em segundos), diferentemente do jornalismo impresso, por exemplo, em que há a oportunidade de um aprofundamento maior das informações. Na opinião de Marcondes Filho (1988, p. 54), nos telejornais, ninguém se informa seriamente de nada, só se tem a impressão de ficar informado. Barbeiro e Lima (2002) tratam da preocupação com a desinformação no telejornalismo ao falar da utilização das sonoras nas matérias. Segundo os autores, as sonoras devem ser as mais opinativas possíveis. “Sonoras que contêm emoção também rendem boas edições. Um choro, uma gargalhada ou uma frase em tom de desabafo às vezes dizem mais que uma declaração de 20 segundos” (p.104). Mas, para eles, o jornalista precisa ter cuidado diante dessas escolhas porque “a emoção pode ser tanto um instrumento enriquecedor como o caminho para a desinformação” (p. 104). Seja no texto falado pelo repórter, na escolha das imagens ou no conteúdo emocional das sonoras, o fato se modifica em sua realidade.

⁴ Stephens, citado por Sousa, “notou que os valores-notícia são historicamente estáveis: privilegia-se o extraordinário, o insólito, a atualidade, a referência a pessoas de elite, a transgressão, as guerras, as tragédias e a morte” (2004, p. 112). É como se apenas o tempo e os personagens das notícias mudassem, mas as situações retratadas nos jornais fossem as mesmas.



Eugênio Bucci, por outro lado, sustenta que há muita espetacularização da informação televisiva. “O telejornalismo no Brasil é muito mais dramático do que factual. Organiza-se como ficção, e uma ficção primária: tem suspense, tem lição de moral, tem mocinhos e bandidos, os ‘do bem’ e os ‘do mal’, como desenho animado de super-heróis” (2000, p. 49). O autor argumenta que, ao dramatizar tudo, o telejornalismo não tem sido capaz de explicar temas mais complexos. *

A televisão é o meio de comunicação mais utilizado para se obter informação no Brasil. E ela é capaz de fornecer um sentimento de pertencimento ao telespectador. “A TV capta, expressa e constantemente atualiza representações de uma comunidade nacional imaginária” (HAMBURGUER, 1998, p. 441). Porém, essa comunidade nacional pode ser muitas vezes considerada falsa. Martín-Barbero (2003), baseado em conceitos de Muniz Sodré, revela os problemas das representações pela televisão. Alguns grupos sociais têm sua representação distorcida e seu espaço reduzidos no telejornalismo brasileiro.

Não é com imagens baratas e esquemáticas dos indígenas, dos negros, dos primitivos que a imensa maioria dos discursos midiáticos, e especialmente da televisão, nos aproxima dos outros? E de forma parecida funciona o mecanismo de distanciamento: exotiza-se o outro, folcloriza-se o outro em um movimento de afirmação da heterogeneidade que, ao mesmo tempo que o torna “interessante”, o exclui de nosso universo negando-lhe a capacidade de interpelar-nos e questionar-nos (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 72).

Para que a televisão no Brasil seja realmente criadora de uma unidade nacional, é necessário que todas as esferas da sociedade sejam diariamente representadas nela, principalmente no telejornalismo. Um dos papéis do jornalismo é dar voz a diversos agentes sociais. Porém, não é em geral o que se vê no telejornalismo que cria heróis e bandidos em discursos simples, descontextualizados e superficiais.

3 – A cobertura do caso João Hélio

O Jornal Nacional exibiu 12 reportagens, somando 29 minutos e 65 segundos, sobre a morte do menino João Hélio Fernandes Vieites, entre os dias 8 a 15 de fevereiro de 2007, período que corresponde à semana subsequente ao assalto que levou à morte da criança. Quatro delas foram apresentadas individualmente a dez pessoas residentes de Curitiba⁵, compondo um

⁵ 1) ANGÉLICA, estudante de 18 anos, está completando o Ensino Fundamental e mora no bairro São Braz. Ela assiste ao Jornal Nacional pelo menos uma vez por semana e confia totalmente nas informações veiculadas. 2) EDGAR, empresário de 64 anos, morador do bairro Cabral, tem o Ensino Médio completo. Assiste todos os dias o telejornal e confia parcialmente no noticiário. 3) ELIZENE, auxiliar de serviços gerais, 33 anos, é moradora do bairro Parigot de Souza e tem o Ensino Fundamental completo. Assiste o Jornal Nacional de 3 a 4 vezes por semana e confia totalmente em suas informações. 4) JOSIANE, dona de casa de 21 anos, mora no bairro São Braz e tem o Ensino Fundamental completo. Assiste o Jornal Nacional pelo menos uma vez por semana e confia totalmente nele. 5) LEANDRO é cabeleireiro, tem 24 anos e o Ensino Médio completo. É morador do centro de Curitiba, assiste de 3 a 4 vezes por semana o telejornal e confia totalmente nas informações veiculadas. 6) LEONILDA é dona de casa, tem 58 anos e o Ensino Fundamental incompleto, mora no bairro São Braz, assiste o Jornal Nacional de 3 a 4 vezes por semana e confia totalmente nas informações. 7) NANCY é cirurgiã dentista, moradora do bairro Champagnat, tem 36 anos e seu grau de



panorama geral sobre a cobertura semanal do caso⁶. Estas quatro reportagens e as demais (oito) foram analisadas com base em conceitos de teóricos sociais e da comunicação. Os entrevistados assistiram individualmente em suas casas, local de trabalho ou estudo, a seleção de reportagens de duração de cerca de 10 minutos e em seguida responderam a um formulário de doze questões abertas e fechadas, aplicado oralmente e gravado.

3.1 – Sensação de medo

Ao serem perguntados sobre quais sensações tinham ao assistir reportagens como as que foram mostradas, alguns entrevistados falaram que era a de medo: Edgar relatou “me dá uma sensação de pânico, de medo”; Josiane disse não saber explicar, porém, acrescentou “mas é uma sensação de medo”; e Elizene juntou à sensação de medo a de insegurança e revolta. Leonilda ligou a sensação de medo ao que vê nos telejornais quando respondeu se tinha medo da violência: “É que a gente vê muita coisa no jornal, muitas coisas difíceis. Mas eu tenho muito medo. Depois essa cidade é muito grande, você vai ficando preocupada com as coisas que você vê. Tanto vê como assiste na televisão”, explica. Sensações como dor, raiva, indignação e revolta também foram citadas pelos entrevistados. Nancy ficou com os olhos cheios de lágrimas quando assistia a uma reportagem e lembrou o quanto o crime foi brutal. A sensação de raiva descrita por Rosângela foi acrescentada pela revelação: “Dá vontade de eu mesma matar um cara desses, sabe”.

As reportagens apresentadas aos entrevistados possuem um conteúdo de sentimentalismo e comoção. Em uma delas, que mostra a missa de 7º dia da morte do menino, o repórter diz que o sofrimento e as lágrimas aproximam, descrevendo imagens das pessoas dentro da igreja, principalmente a de uma mulher chorando e sendo abraçada por um menino. As narrações que explicam como foi a brutal morte de João Hélio não são tão emotivas quanto as que mostram as manifestações e a família durante o velório ou na igreja. O sensacionalismo, a preferência por acontecimentos negativos e o fato de a imprensa “ficar em cima” de determinados casos também foram abordados pelos entrevistados. Edgar e Tiago, que disseram confiar em partes nas

escolaridade é de nível Superior com Especializações. Assiste o Jornal Nacional de 3 a 4 vezes por semana e confia totalmente nas informações veiculadas. 8) ROSÂNGELA é vendedora, tem 34 anos e o Ensino Médio completo, moradora do bairro Mercês, assiste o Jornal Nacional de 3 a 4 vezes por semana e confia totalmente nele. 9) SILVIO JOSÉ é motorista, tem 42 anos e o Ensino Fundamental incompleto. É morador do bairro Botiatuvinha, assiste o telejornal pelo menos uma vez por semana e confia totalmente em suas informações. 10) TIAGO é estagiário na área de Biologia, tem 21 anos e está cursando o Ensino Superior. Mora no bairro Bacacheri, assiste o Jornal Nacional pelo menos uma vez por semana e confia em partes nas informações do telejornal. A escolha do perfil de cada um dos dez entrevistados foi baseada em indicativos sociais da população de Curitiba, como sexo, faixa etária, grau de escolaridade e classe social, buscando refletir o universo dos habitantes da capital paranaense.

⁶ A primeira foi veiculada um dia após o crime, a segunda três dias depois, a terceira após seis dias da morte do menino e a quarta reportagem sete dias depois do crime.

informações do Jornal Nacional – ao contrário dos outros que declararam confiar totalmente – falaram que há muito sensacionalismo e apelação no telejornal⁷.

Os participantes da pesquisa também percebem o valor noticioso dos fatos negativos para o jornalismo, a exemplo dos teóricos como citado no item 2 deste trabalho. Elizene diz assistir aos telejornais, mas apenas folhear um jornal impresso e não ouvir rádio: “É muita tragédia para estar repetindo tanto no jornal quanto no rádio... então é muita coisa pra gente, tem que se poupar um pouco”, explica. Outro aspecto citado pelos entrevistados foi a sensação de que nada é feito para modificar a realidade mostrada pelas reportagens. Pode-se tomar como exemplo a fala de Leandro. “Só que daí, nessas quatro matérias que você passou, eu acho assim, as pessoas pedem justiça, mas na verdade ninguém faz nada pela justiça”. Elezine propõe que manifestações como as que aparecem em três reportagens do conjunto aplicado para a amostra devem ser feitas em todo o país, pois manifestações apenas na cidade do Rio de Janeiro não solucionam os problemas. “A passeata adverte bastante, chama bastante atenção, mas até agora nada foi resolvido”.

Das manifestações mostradas nas reportagens, duas eram contra o fim da violência e em homenagem a João Hélio e uma em frente à delegacia, onde populares se reuniram para esperar a chegada dos acusados para a acareação. A exemplo da manifestação em frente à delegacia, em que um homem bate na porta de trás da ambulância que transportava o acusado menor de idade, Rosângela diz que “a população tinha que se unir num caso desses, matar um cara desses e não deixar nem ter direito a ser julgado, nada”. Revolta e indignação, portanto, são alguns dos sentimentos desencadeados por reportagens como as apresentadas. Nancy destaca que, buscando uma justificativa pelo que assistiu, está faltando investimento básico em formação do cidadão: “Cultura, educação, esporte, pra gente criar um ser humano melhor”. Tiago diz que reportagens como as assistidas por ele durante a exposição causam indignação, mas critica a cobertura jornalística: “Ao mesmo tempo que me dói ver e saber que a criança morreu desta forma, eu sei que tem muitas outras crianças morrendo por causa de outro fatores e que nem aparecem no jornal. Dá uma revolta por eles mostrarem somente esses casos. Na hora em que os caras são presos dá até uma sensação de alívio, ainda assim comove, mas não tanto”.

A exemplo disto, uma das reportagens mostradas aos entrevistados revela o descaso que mortes de crianças de classes mais pobres às vezes recebem da imprensa, quando comparadas a de um filho da classe média. João Hélio é, nada mais correto, sempre tratado pelos termos “menino”

⁷ Danilo Angrimani (1995) explica que o telespectador (ou ouvinte/ leitor) remete a palavra sensacionalismo aos veículos de comunicação que tenham cometido algum deslize informativo, exagerado nas informações ou publicado/veiculado uma imagem ousada, etc. Mas ele explica que sensacionalismo “é tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria esse tratamento. (...) Sensacionalismo é a produção de noticiário que extrapola o real, que superdimensiona o fato” (p. 16).



ou “criança” pelas reportagens. Já ao relembrar a chacina da Candelária o repórter chama as vítimas de “menores”. “Hoje, na igreja da Candelária, onde há 14 anos oito menores foram mortos por policiais, dezenas de famílias afetadas pela violência rezaram missa em nome de João Hélio Fernandes.”

3.2 – Quem é e de onde vem o mal

Quando perguntados como são os criminosos que geralmente aparecem nos telejornais, algumas pessoas tiveram dificuldade em responder, ou por não terem compreendido a questão ou por temerem parecer preconceituosas. Para Silvio, eles são todos iguais, já para Josiane, não é possível descrevê-los porque eles têm várias características diferentes. Descrições como “cara de ruim”, de “drogado”, “fisionomia negativa” ou de “cabelo rapadinho, tipo bandido mesmo”, também foram usadas pelos participantes. Para a maioria dos dez entrevistados, porém, o criminoso que geralmente aparece nos telejornais é moreno ou negro e pobre. “Até acho chato falar isso, mas geralmente são pessoas mais morenas, negras, apesar de realmente ter uma ligação com classe social e negros, excluídos, periféricos”, disse Tiago. Leandro observa da mesma maneira. “Não sendo preconceituoso, mas são negros, geralmente. Se noticia muito do Rio de Janeiro e no Rio de Janeiro tem muito moreno, talvez por isso a gente já associe o bandido com o negro. Mas aqui em Curitiba também, se você for parar para ver um telejornal regional, são negros”. Morador de favela também foi citado como uma particularidade do criminoso que é mostrado no telejornalismo. Rosângela acha que “moram em favelas, já são viciados, drogados, não têm estrutura familiar nenhuma, é sempre o mesmo perfil” e acrescenta que “já nascem no meio de bandidos, já são todos assim, filhos de bandidos e já vão virando bandido”.

Alguns entrevistados, incluindo Rosângela, disseram achar que os criminosos têm realmente as características apresentadas pelo telejornalismo. Dois acreditam que a maioria pertence à etnia e à classe social citada, um não respondeu e três não acham que todos os criminosos são assim. Uma delas é Leonilda. Ela explica que na televisão sempre se vê homens de cabeça baixa, mal vestidos e que parecem pobres. Acha que, ao contrário, muitos estão bem vestidos e ninguém espera que sejam ladrões. Tiago também não acredita que esta é a figura do criminoso: “Tanto que pra mim crime pior é você roubar 10 milhões, crimes de colarinho branco, do que pegar e assaltar uma família inteira. Não precisa e faz pra ficar ainda mais rico e ainda tira de muitas famílias, contra essas pessoas que estão roubando às vezes por necessidade ou por estar naquela condição de vida, por estar rodeado daquilo, ele nasceu no meio daquilo. O que sai no jornal é aquele cara todo acabado.” Dois entrevistados ainda deram ênfase ao aspecto da divisão de classes que criminaliza a pobreza. Edgar diz que são pessoas de classe abaixo da miséria “que



têm raiva de você estar numa situação e ele estar mal. Eu vejo que eles olham com ódio”. Para Nancy, o que acontece é que “o povo não tem acesso a nada, o povo é pobre, não tem acesso a educação. Eles vêem televisão, eles querem, eles se projetam nos personagens das novelas, aquilo de bonito, então eles vão tirar de quem tem que somos nós”.

Nas quatro reportagens apresentadas para os participantes deste estudo aparecem imagens dos acusados da morte do João Hélio. Os cinco com características citadas pelos entrevistados: negros ou morenos, jovens, vestidos só de bermuda ou calça e chinelos, um ou outro aparece de camiseta. Em uma delas há também imagens de uma instituição sócio-educativa para menores em conflito com a lei. São cenas de uma grade sendo trancada com cadeado e dos pés dos internos usando chinelos e formando uma fila no pátio da instituição. O texto do repórter que cobre estas imagens reforça o medo que se deve ter de um jovem como estes (menor em conflito com a lei). Ao explicar a pena que ele poderá cumprir o repórter fala: “Em regime fechado o prazo máximo é de três anos, a partir daí ele poderá voltar para as ruas em regime semi-aberto até completar 21 anos. Uma possibilidade que assusta uma família ainda marcada pela dor”. A última frase, porém, não é confirmada pela sonora do pai da criança, que entra em seguida na reportagem. Ele apenas diz que essa luta não é só dele, que é de todos que estão ali (em uma manifestação na igreja da Candelária).

Na quarta reportagem mostrada aos entrevistados, a jornalista e apresentadora do Jornal Nacional, Fátima Bernardes, fala que cidadãos assustados pediram socorro na igreja da Candelária, durante a missa de 7º dia da morte do João Hélio. A partir desta afirmação, foi perguntado a cada um dos depoentes se eles concordavam com a apresentadora quando ela diz que a população está assustada com a violência. Todos disseram concordar. Angélica disse: “Concordo, porque a violência está na porta da nossa casa”. Para Elizene, a população está assustada com a violência porque “a criminalidade está maior do que as pessoas de bem, as pessoas que trabalham e eles têm mais poder do que as pessoas de bem, por isso que a população está assustada e eles têm mais poder em tudo”. É importante destacar que, ao responder se ela achava que a violência no Brasil era muito repercutida pela imprensa nacional, Elizene disse que acredita que delinquentes em geral se sentem bem ao ver seus crimes no telejornal: “Os bandidos vendo isso se sentem vitoriosos por estar repercutindo aquela história que eles cometeram... pra eles é um troféu”.

Um outro aspecto que pode ser destacado, já que foi citado pelos participantes da pesquisa, é a idéia de que problemas com a violência urbana é mais comum e característica do Rio de Janeiro e que a capital paranaense ainda não sofre de tal problema, como explicou Edgar: “Em Curitiba ainda não temos tudo isso, no Rio já é pior, está mais violento, nossa capital ainda está



um pouquinho mais leve”. Rosângela, que também não tem tanto medo da violência em Curitiba, diz que no Rio de Janeiro e em São Paulo é bem pior e acrescenta que não moraria nestes lugares. Silvio, que é motorista e por isso esteve várias vezes na cidade do Rio de Janeiro, disse ter medo da violência. “Principalmente no Rio de Janeiro, aqui nem é tanto. Curitiba é gostoso de se viver, mas lá a violência é demais.”

3.3 – Edição atípica e balanço da cobertura

Entre as edições do Jornal Nacional avaliadas na presente pesquisa, a do dia 12 de fevereiro pode ser considerada atípica. Não apenas porque entraram três reportagens sobre o assunto, mas sim porque os apresentadores Willian Bonner e Fátima Bernardes comentaram informalmente a entrevista que ela fez com os pais do João Hélio e que foi veiculada no domingo no programa Fantástico. Bonner diz que a produção do Jornal Nacional recebeu muitos emails e telefonemas. Além disso, fala que os colegas jornalistas comentaram sobre as dificuldades que Fátima deve ter enfrentado para realizar o trabalho. Ela, então, explica que quando entrou no apartamento da família se sentiu “invadindo a dor alheia”, mas que estava lá porque a família queria fazer esse “desabafo”. Em seguida, entram trechos da entrevista dos pais emocionados. O comentário dos apresentadores mais os trechos da entrevista com os pais durou ao todo 3’42’’. As outras duas matérias apresentadas no dia 12 são exibidas em seguida. A primeira, que ocupa 5’00’’ do telejornal, mostra a opinião de diversos especialistas sobre a redução da maioria penal. A maioria, como explica Fátima Bernardes antes de entrar a reportagem, é contrária a mudanças na legislação em períodos de comoção por um crime como a morte de João Hélio. Já a segunda reportagem, de duração de 2’31’’, fala sobre a reincidência de crimes no Brasil, que chega à casa de 80%, de acordo com Ministério da Justiça. As duas reportagens partem do perfil de um dos acusados do crime: um menor de idade e Carlos Eduardo, o chefe da quadrilha, que foi recolhido por furto cinco vezes quando ainda era menor de idade e, depois dos 18 anos respondeu a três condenações.

Em geral, as doze reportagens apresentam uma abordagem em que a indignação e o medo são sempre reforçados. Termos como apelos, tragédias, desespero, dor e perplexidade são utilizados diversas vezes; imagens de manifestações pela paz ilustram um sentimento comum ao carioca da classe média, próximo à comoção, mas distante de verdadeiras mudanças. Na opinião dos pais da criança e de alguns especialistas ouvidos, as mudanças ficam por parte dos governantes. Já esses últimos se dividem entre os que querem punições mais rígidas para jovens envolvidos na violência e os que defendem que a solução não virá com a redução da maioria penal. Tomando duas reportagens que versam uma sobre a redução da maioria penal e outra



sobre diminuição da progressão de regime (o que reduziria o direito ao regime semi-aberto de condenação) pode-se dizer que ambas tratam de assuntos polêmicos e, portanto, como estabelece o conceito de imparcialidade jornalística, foram ouvidos um lado que defende e outro que é contra.

Nas reportagens em questão aparecem vozes de especialistas e autoridades, mas em ambos os casos as opiniões deixadas para o final foram as que defendem que as leis em vigor sejam mudadas e se tornem mais punitivas. As declarações que fecham as reportagens têm maiores chances de serem guardadas e refletidas pelo telespectador, como explica Perseu Abramo (2003, p. 37): “a retenção dessas imagens finais da notícia do telejornalismo vai subsistir, no telespectador, como a mensagem essencial da matéria”. Na que fala da redução da maioria penal a última sonora é do deputado Fernando Gabeira que defende a votação do assunto o quanto antes e reforça a situação de medo. “Há casos que comovem o país de vez em quando. Mas agora o país fica comovido permanentemente. Há pessoas que dizem: não vamos votar agora porque nós estamos sob emoção. Eles supõem que vai haver uma normalidade e nunca mais vai haver normalidade no Brasil se nós não intervirmos. Pura e simplesmente não há momento sem emoção. A cada semana praticamente se sucede um crime trágico no Brasil.”

Quando o tema é a progressão de regime, a reportagem defende em vários aspectos que a lei atual é muito branda. Um dos autores do crime e da morte de João Hélio é o exemplo de que o regime semi-aberto permite que o condenado saia da prisão e se envolva novamente na criminalidade. O repórter explica que a última condenação de Carlos Eduardo foi de 4 anos por assalto a mão armada, mas ele cumpriu um ano. Ele estava em regime semi-aberto, mas em dezembro de 2006 foi dado como foragido. Apenas uma sonora, com o secretário do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro, defende que a solução não é manter a maioria dos condenados em regime fechado e, sim, que é preciso programas eficazes de re-socialização do preso. A última sonora da reportagem é a de uma especialista que defende um maior policiamento mas o repórter também fornece outra interpretação à fala dela: “Esta especialista diz que a insegurança nas ruas só vai diminuir quando os bandidos tiverem certeza que vão ser punidos. Sonora da especialista: Aquele infrator que está à beira de cometer um ato violento ele não pensa ‘eu vou ficar na cadeia 5 anos, 10 anos ou 20 anos’, agora ele pensa assim: ‘a polícia vai me pegar ou não vai me pegar?’ Isso inibe, isso faz com que ele pense duas vezes antes de puxar o gatilho e cometer a violência.”

Como é possível perceber, as duas matérias terminam oferecendo um posicionamento ao telespectador e uma visão do quanto a insegurança e o medo fazem parte do cotidiano do brasileiro. Outro aspecto que mostra o reforço que a cobertura dá ao medo e à insegurança pode ser observado em algumas das reportagens em que as sonoras de testemunhas do crime ou apenas



de pessoas que se chocaram com o fato na rua não foram identificadas. Um efeito foi colocado no rosto das pessoas e reflete o medo que se tem da criminalidade.

4- Considerações finais

A densa cobertura da morte do menino João Hélio Fernandes contribuiu sob vários aspectos para o reforço do medo da violência nas grandes cidades, principalmente no Rio de Janeiro. Reportagens que têm como tema a violência contribuem para o fortalecimento da sensação de medo no telespectador, como ficou claro nos depoimentos dos entrevistados desta pesquisa. Alguns mecanismos observados na análise das reportagens mostram que o telejornalismo do Jornal Nacional apresenta ao público o que ele deve sentir com base em generalizações e preceitos.

A hipótese de que o medo gerado pela veiculação de violência no telejornalismo fortalece o preconceito racial e social foi comprovada com esta pesquisa. A imagem do criminoso como pertencente à etnia negra e da classe social pobre foi citada pelos entrevistados como a mais veiculada no telejornalismo. E como comprovação do reforço de preconceitos, alguns dos entrevistados acreditam que essa é realmente a figura do criminoso, portanto, a que deve ser temida socialmente. Outra hipótese que pode ser confirmada neste trabalho é a de que as reportagens veiculadas sobre o assassinato do menino João Hélio Fernandes geraram apenas revolta, mas não reflexão. Pelo conteúdo das reportagens pode-se observar que a sociedade acabou discutindo soluções simplistas para a diminuição do quadro de violência no país, como a redução da maioria penal. Além disso, fica claro quando analisado os textos e as imagens das reportagens que o objetivo principal é a indignação e a repulsa. A hipótese de que o espaço cedido às notícias de violência criam no imaginário social a idéia de uma realidade mais violenta do que realmente é não pôde ser totalmente comprovada. Porém, a pesquisa evidenciou que, para os curitibanos que participaram do estudo, o Rio de Janeiro é uma cidade com muita violência urbana e essa não é a mesma realidade da capital paranaense. Para a maioria dos entrevistados esta visão foi formulada pela imprensa e pode ser entendida como um espectro deturpado da realidade.



5- Referências

- ABRAMO, P. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ANGRIMANI, D. *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa*. S.P: Sumus, 1995.
- BARBEIRO, H.; LIMA, P. R. *Manual de Telejornalismo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.
- BATISTA, V. M. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. RJ: Revan, 2003.
- BETTO, Frei. *Alteridade*. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=7063>.
Data do artigo: 12 de maio de 2003. Acesso em: março de 2008.
- BUCCI, E. *Brasil em tempo de TV*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE E SENSUS PESQUISA E CONSULTORIA. *Pesquisa de Opinião Pública Nacional: Rodada 88*. Disponível em:
<http://www.cnt.org.br/arquivos/downloads/sensus/relat88.pdf>. Acesso em: outubro de 2008.
- DELUMEAU, J. *História do medo no Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- GLASSNER, B. *Cultura do medo*. São Paulo: Francis, 2003.
- HAMBURGUER, E. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In NOVAIS, Fernando A. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. SP: Cia das Letras, 1998.
- JESPERS, JJ. *Jornalismo Televisivo: Princípios e Métodos*. Coimbra: Minerva, 1998.
- MARCONDES FILHO, C. *Televisão: a vida pelo vídeo*. São Paulo: Moderna, 1988.
- MARTÍN-BARBERO, J. Globalização comunicacional e transformação cultural. In MORAES, D. *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- MEMÓRIA GLOBO. *Jornal Nacional: a notícia faz história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.
- MICHAUD, Y. *A violência*. São Paulo: Ática, 2001.
- MORAIS, R. *O que é violência urbana*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.
- PENA, F. *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005.
- PIRES, C. *A violência no Brasil*. São Paulo: Moderna, 1985.
- SOARES, L. E. *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ISER, 1996.
- SODRÉ, M. *A Máquina de Narciso: Televisão, Indivíduo e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Cortez, 1994.
- SOUSA, J.P. *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e da Mídia*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.
- TRAQUINA, N. *Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2005.